

Revisitando a periodização do português: o português médio

Esperança Cardeira*

Abstract

The aim of this paper is to clarify the definition 'português médio' (Middle Portuguese), describing the historical, social and cultural factors which lead to this phase of the history of our language and presenting some variables that act as key phenomena to delimit the boundaries of Middle Portuguese.

Key-words: Periodization, Middle Portuguese, elaboration, standardization.

Varição, mudança e periodização

É, nos nossos dias, um facto conhecido que as línguas estão em permanente mudança. Ainda assim, ao lermos um texto antigo estranhámos a estrutura, o léxico, a grafia, mas conseguimos compreendê-lo. Porquê? A verdade é que a mudança não atinge a língua como uma ruptura: a cada momento, novas estruturas emergentes combinam-se com elementos antigos de tal forma que a língua, sendo um sistema dinâmico e em contínua mudança, nos ilude com uma aparente estabilidade. A mudança, sempre presente na língua, nunca é demasiada ou seja, nunca põe em perigo a continuidade nem a comunicação. Embora o português esteja a mudar agora, neste preciso momento não nos apercebemos da mudança (mesmo que sejamos sensíveis à variação). Precisamos de olhar à distância: então, sim, percebemos claramente que a nossa língua mudou e que o português já não é o que era.

Qualquer falante é sensível à variação, reconhecendo-a presente na sua língua quer a nível geográfico quer na estratificação social. Parece claro que a variação existe na língua em qualquer sincronia. Seria absurdo imaginar que em épocas passadas não houvesse, tal como hoje, variação social e regional na língua. Significa isto que a variação não pode ser exclusivamente objecto de estudos sincrónicos. Uma vez que a dicotomia saussureana sincronia-diacronia se tem revelado insuficiente para dar conta do processo histórico da mudança linguística, a investigação em linguística histórica deverá ter em conta a variação, tornando-se mais abrangente e completando-se com uma perspectiva diatópica, diastrática e diafásica ou seja, encarando o sistema linguístico como um diassistema. Por isso, a escolha de

* Doutorada em Linguística Portuguesa, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

um *corpus* para a observação de processos de mudança linguística não pode deixar de materializar estas diversas perspectivas, seleccionando documentos de diferentes proveniências geográficas, textos literários e não literários, originais e cópias, certidões ou traduções: um *corpus* abrangente, necessário para caracterizar de forma significativa uma determinada sincronia, terá que considerar que cada tipo textual espelha realidades linguísticas diversas. Mas imaginemos, por um momento, que o investigador dispõe de um conjunto ideal de documentos: ainda assim, a língua que irá estudar será apenas e sempre a escrita, nunca a oral. Nunca poderemos saber, realmente, como se pronunciava o português em épocas passadas. Não estávamos lá. Não podemos ouvir. A história de uma língua nunca é, na verdade, toda a história.

Se a variação está presente na sincronia, então a mudança, que implica variação, também estará sempre presente em qualquer língua viva. É certo que pode haver variação sem mudança e que podemos isolar duas ou mais variantes em coexistência pacífica sem que, durante algum tempo, uma tendência significativa para a escolha de uma delas seja claramente identificável. Mais cedo ou mais tarde, contudo, será de esperar que uma dessas variantes seja seleccionada enquanto superestrutura linguística, configurando uma mudança. Assim, a variação sincrónica surge justamente como o veículo da mudança linguística ao desfavorecer (e, logo, eliminar) determinadas variantes em favor de outras socialmente valorizadas. Quero com isto dizer que a variação e a mudança estão, necessariamente, presentes em qualquer sincronia, daí decorrendo não me parecer legítima a dissociação sincronia/diacronia.

Ora, se é óbvio que qualquer sincronia apresenta variação, também será óbvio que, uma vez que a mudança decorre da variação e ambas operam continuamente na língua, a delimitação de fronteiras entre períodos na história de uma língua deverá ser, inevitavelmente, artificial. Dito isto, a verdade é que a investigação em linguística histórica incide, precisamente, na comparação entre várias gramáticas sincrónicas deduzidas da observação de documentos escritos e na interpretação das diferenças entre essas gramáticas como o desenvolvimento histórico da língua, no pressuposto de que a língua escrita desses documentos reflectirá em maior ou menor grau a língua falada na época. Embora não tenhamos consciência de que a língua que falamos está a mudar, quando comparamos documentos escritos em épocas diferentes, reconhecemos diferenças entre essa língua e a que falamos actualmente. Todavia, por muitos cortes sincrónicos que façamos, nunca daremos conta da continuidade da língua:

se o processo de evolução da língua fosse um processo descontínuo, então sim, existiriam rupturas entre fases sucessivas e teríamos claramente consciência da mudança.

Em suma: se o investigador esquecer a variação linguística e a continuidade da evolução acabará por criar artificialmente um estado de língua que, ao corresponder a uma média deduzida dos dados concretos que recolheu, nunca poderá dar conta da realidade que pretende descrever. É com este problema que se depara quem pretende estabelecer períodos na história de uma língua. Como traçar fronteiras num sistema que evolui na continuidade? E por quê ou para quê? Simplesmente porque o nosso pensamento precisa de pontos de referência. Dividimos a nossa vida em etapas, passamos pela infância, adolescência, idade adulta, terceira idade... Dividimos a história da humanidade em eras. Fazem-nos falta, estas balizas, para nos situarmos. O mesmo se passa com a história de uma língua. Pela sua própria natureza, a evolução da língua torna artificial qualquer divisão cronológica precisa mas as vantagens que uma tal periodização apresenta, enquanto instrumento de trabalho, justificam as repetidas tentativas dos historiadores da língua.

O problema é o seguinte: como delimitar períodos na história de uma língua? Quando começa e quando acaba um período? A evolução de uma língua é determinada não só por factores estritamente linguísticos mas também por mudanças históricas, económicas, sociais, culturais, que se materializam em profundas transformações na mentalidade dos falantes. Que factores e que momentos deveremos considerar fundamentais na história da língua que falamos? As propostas de periodização têm respondido a esta questão de modos diversos: umas partem das divisões tradicionais da história, outras baseiam-se na produção literária, outras, ainda, referem-se, exclusivamente, aos factos linguísticos. A periodização de uma língua, sendo artificial, depende de considerações subjectivas. Não é, por isso, nem poderia ser, consensual. Atribuir uma designação a uma determinada fase da história de uma língua implica um complexo de considerações de ordem histórica e cultural, além de linguísticas. Não são questões pacíficas a delimitação temporal, a nomeação e definição de um período histórico. Dar nome a uma fase histórica do português é já defini-la, enformá-la em determinada visão: o período *trovadoresco* será um período literário, enquanto *galego-português* é uma designação que pode ser conotada com uma perspectiva histórica, literária ou linguística. Talvez por isso, em obra recente (2006), *Introdução à História do Português*, Ivo Castro considere ser mais interessante e próximo da verdade repartir a história do português em dois ciclos ou movimentos sucessivos de crescimento. O primeiro é o ciclo da *formação da língua* (séculos IX a XV), em que a língua acompanha o movimento da Reconquista, virando-se para

sul. O segundo ciclo, da *expansão da língua*, corresponde ao período dos Descobrimentos, quando o português se consolida em Portugal e se instala fora da Europa. Esta proposta de Castro espelha de forma mais realista a história da nossa língua mas não nos permite ignorar as propostas tradicionais, que intentam estabelecer fronteiras mais precisas:

	L. Vasconcellos (1911)	S. Silva Neto (1957)	P. V. Cuesta (1971)	Lindley Cintra (Castro 1999)	E. Bechara (1991)
Até séc. IX (882)	Pré-histórico	Pré-histórico	Pré-literário	Pré-literário	
Até c.1200 (1175)	Proto-histórico	Proto-histórico			
Até 1385/1420	Arcaico	Trovadoresco	Galego-português	Antigo	Arcaico
Até 1536/1550		Comum	Pré-clássico	Médio	Arcaico médio
Até séc. XVIII	Moderno	Moderno	Clássico	Clássico	Moderno
Séc. XVIII em diante			Moderno	Moderno	Hodierno

O português médio

O período que vou tentar definir aqui é o do *português médio*. Enquanto Leite de Vasconcellos considera o português arcaico uma fase alargada que se estende desde o surgimento dos primeiros textos escritos em português até meados do século XVI, Serafim da Silva Neto, na esteira de Carolina Michaëlis (1946), subdivide o português antigo em duas fases: a *trovadoresca*, até 1350, e o período do *português comum* (que corresponde àquele que Michaëlis designava como período da *prosa histórica*). As designações que Michaëlis usa ('trovadoresco' e 'prosa histórica') mostram-nos um olhar sobre a evolução linguística que decorre claramente do destaque dado à produção literária. Outros factores podem ser tomados em consideração: Pilar Vázquez Cuesta, Lindley Cintra e Evanildo Bechara apresentam

propostas que se fundamentam nos efeitos linguísticos de grandes transformações histórico-sociais. Estas transformações decorrem da crise dinástica que, culminando na batalha de Aljubarrota em 1385, instaura uma nova dinastia. Com D. João I e a dinastia de Avis, a antiga aristocracia declina e sobe ao poder a burguesia. Com a revolução política e social dá-se, também, uma revolução linguística: Lisboa torna-se o centro do país e local de elaboração da norma.

Na classificação de Pilar Vázquez Cuesta, este período de profundas transformações é designado como *português pré-clássico* e na de Lindley Cintra como *português médio*. Evanildo Bechara (1991) retoma este termo, propondo a seguinte periodização: fase *arcaica* até final do século XIV, fase *arcaica média* durante todo o século XV e até à primeira metade do XVI, quando começa a fase *moderna*.

Aos factores políticos acrescenta Dieter Messner (1983 e 2002) um elemento que terá, também, contribuído para a mudança linguística: o crescimento dos centros urbanos, à custa de um movimento migratório das populações rurais¹, que se traduziu em renovação da estrutura sócio-política e económica tradicional e que favoreceu a simplificação e nivelamento da língua (ou seja, uma *koinização*) para permitir a comunicação entre falantes de variedades diversas. É durante esta fase de koinização que se situa o português médio.

Clarinda Maia (1986) e Ramón Mariño Paz (1998) introduzem, ainda, outro aspecto a ter em conta na caracterização do português médio: o processo de diferenciação entre o galego e o português. Até ao século XIV português e galego constituem uma unidade que se foi definindo através de um processo de *distanciamento* em relação às outras línguas românicas; do século XV em diante, enquanto o português sofre mudanças que o encaminham no sentido da *elaboração*² de um padrão que terá como modelo a língua literária, na Galiza castelhanizada o galego sobrevive apenas no uso oral.

Consideremos, portanto, que o período trovadoresco constitui uma fase comum galego-portuguesa que termina com a separação entre português e galego, no momento em que a vitória da burguesia sobre a aristocracia rural nortenha, simbolizada pela batalha de Aljubarrota, determina a deslocação do centro vital do reino para o sul e que Lisboa, se torna

¹ Segundo Messner, as pestes dos finais do século XIV terão dizimado grande parte da população, particularmente nas cidades. As populações rurais convergiram, então, para os centros urbanos.

² Uso os termos ‘distanciamento’ e ‘elaboração’ no sentido klossiano (sobre esta questão, vd. Joseph 1987; desenvolvo estes conceitos em Cardeira 2005).

o grande (e crescente) centro urbano do país. Mais do que um período de convivência entre formas arcaicas e aquelas que virão a perdurar, o português médio é um período, relativamente curto, em que se registam mudanças que anunciam, já, o português que hoje falamos:

português antigo	português médio
hiatos	Resolução de hiatos: crase; ditongação; inserção de consoante ou semivogal
Três terminações nasais: -ANU > -ã-o -AM, -ANT, -ANE > -ã -UM, -UNT, -ONE, -UDINE > -õ	Unificação das terminações nasais: -ãw
Particípio passado (2ª e 3ª conj) -udo	Particípio passado -ido
-d- na 2ª pes. plural	Síncope de -d- e ditongação
Terminação paroxítona em -vil/-vel	Terminação paroxítona em -vel
Duas séries de possessivos: Átona: <i>ma ta sa</i> / Tónica: <i>mã tua sua</i>	Desaparecimento da série átona dos possessivos
Palavras em -agem masculinas/femininas	Palavras em -agem femininas
Nomes uniformes em -or, -ol, -ês	Biformização dos nomes
Predomínio da coordenação	Introdução da subordinação

O quadro acima mostra que durante o período a que chamamos português médio a língua retomou um modelo latino que a renovou e enriqueceu, e que serviu de suporte à sua gramatização a partir do século seguinte (é durante o português médio que se verifica a introdução da subordinação na construção frásica, em oposição a uma construção típica do português antigo, em que predominava a coordenação; do mesmo modo, desaparecem ou substituem-se vocábulos arcaicos e alarga-se o léxico com recurso a empréstimos do latim). Mostra, também, um conjunto de soluções niveladoras e tendencialmente inovadoras que poderemos relacionar com um processo de koinização (a resolução de hiatos, a substituição da terminação -udo do particípio passado da 2ª e 3ª conjugações por -ido, a síncope de -d- na 2ª pessoa do plural da flexão verbal, a substituição da terminação paroxítona -vil por -vel, o

desaparecimento da série átona dos possessivos *ma, ta, sa*, a regularização e fixação do género em formas nominais). Este tão largo conjunto de mudanças em tão curto espaço de tempo não pode ser casual e, julgo, deve ser encarado como indício claro de um processo de elaboração linguística em curso.

Que factores determinaram estas mudanças? Para elas contribuíram uma força política (a emergência do conceito de ‘nação’), uma força cultural (o desenvolvimento da prosa e a sua divulgação pela imprensa) e uma força social (os Descobrimentos): estes três vectores foram determinantes para a normatização e fixação (i.e., para a *standardização*) do português europeu.

Desde finais do século XIV e ao longo dos séculos XV e XVI, a sociedade portuguesa sofreu profundas alterações. Iniciou-se uma nova dinastia e mudaram as classes detentoras do poder. Portugal ganhou uma nova capital, o poder deslocou-se para Lisboa e o saber para a Universidade. A revolução de 1383-1385, ao determinar a queda da antiga nobreza setentrional, determinou, também, uma rejeição das suas características linguísticas, substituídas pelas da região em que a nova corte se instala. Foi assim que a variedade dialectal da área centro-meridional, terra reconquistada e repovoada, lugar de encontro de gentes e dialectos e, por isso, lugar de koinização³, se constituiu como base de normalização linguística. Norte e sul opunham-se já, em consequência das estratégias da Reconquista e do repovoamento: um norte-noroeste de ‘terras antigas’, densamente povoado, estável, dialectalizado, centro da produção trovadoresca e ligado à Galiza, demarcava-se de um centro-sul moçárabe, reconquistado, de população rarefeita e com uma língua homogeneizada pelo repovoamento. No século XV este eixo centro-meridional tornou-se o modelo sobre o qual se construiu a elaboração linguística do português, funcionando como ‘força centrípeta’ e absorvendo as distintas áreas dialectais, deixando à margem as características do norte.

Quando observamos a actual estruturação dialectal da faixa ocidental da Península Ibérica apercebemo-nos de que uma antiga unidade histórica e linguística, o galego-português dos Cancioneiros medievais, se ramificou em duas línguas. A norte do Minho o galego, reprimido durante séculos. A sul, e virado para o mar, o português, que sofreu, a partir do século XV, um processo de elaboração que o instituiu como idioma nacional. A divisão geográfica que o português conhece actualmente, em variedades setentrionais e centro-meridionais,

³ Uso o termo ‘koinização’ no sentido em que Siegel (1985) o aplica, como um resultado estabilizado da mistura de subsistemas linguísticos.

corresponde a dialectos primários e secundários. Os dialectos primários constituem os formados na área original do galego-português, que abrangia a região de Entre-Douro-e-Minho, a Galiza e a zona ocidental das Astúrias. No norte, da Galiza ao Douro, o repovoamento, iniciado ainda no período em que a reconquista partia das Astúrias e Leão, acrescentou a uma antiga população rural novos senhores que se apossaram de terras e pessoas. A fronteira política entre o Reino de Portugal e a Galiza, imposta a uma população estável e densa, não conseguiu quebrar a unidade linguística nem nivelar a riqueza dialectal que a sua estabilidade, densidade e antiguidade justificam. Os dialectos secundários, por outro lado, são o resultado da colonização linguística interna portuguesa no centro e sul. Nestes territórios de colonização, a mistura de populações vindas quer de norte quer de oeste, transportando consigo uma diversidade de variedades linguísticas, materializou-se no nivelamento dialectal e na apetência para a inovação. Assim, os dialectos setentrionais portugueses são, de algum modo, a continuação dos dialectos galegos, distinguindo-se claramente de uma área de dialectos centro-meridionais, mais homogénea e inovadora, em que se elaborou a norma do português. Ao Entre-Minho-e-Douro, terra de senhores e mosteiros, opõe-se o Entre-Douro-e-Tejo, terra de concelhos e do rei (a sul do Douro, principalmente entre o Mondego e o Tejo, o repovoamento teve um carácter municipal, concentrando-se em torno das cidades e ao longo das principais vias). Do vale do Tejo para sul, do repovoamento praticado pelas ordens militares resultaram vastas propriedades e fraca densidade populacional. Foi nestas terras ‘novas’ que foram criados os concelhos de tipo ‘perfeito’, instituídos pelo rei com a outorga de um foral que modelava uma completa organização municipal. Os dialectos portugueses centro-meridionais, foram, portanto, forjados em terras reconquistadas e repovoadas, onde a necessidade de comunicação entre falantes de variedades diversas propiciou o desenvolvimento de uma espécie de língua franca, simplificada e regularizada⁴ (i.e., koinizada). Foi esta língua franca, tornada língua materna da nova comunidade, que serviu de base à posterior elaboração quando, após a crise de 1383-1385, Lisboa se tornou um atrator de gentes e interesses e a Corte de Avis uma força centrípeta que lançou os fundamentos de um idioma nacional.

⁴ Referindo-se ao processo de koinização no espanhol da América, Beatriz Weinberg (1994: 47) afirma que “era más fácil para los hablantes que poseían determinadas oposiciones perderlas que para quienes no las tenían adquirirlas” e que “en la alternativa de aprender una variedad con mayor número de oposiciones o una variedad simplificada, les resultaba mucho más sencilla la segunda posibilidad.” Penso que as mesmas afirmações se podem aplicar a Portugal.

O início do século XV marca, também, uma nova fase na história de Portugal, a fase da expansão. Ivo Castro (2006) chama-lhe ‘ciclo da expansão da língua’, afirmando que se sucede ao ‘ciclo de formação da língua’. Silva Neto (1961: 3-4), que também identifica dois grandes ciclos na evolução do português, distingue a *formação do domínio linguístico português* (determinada pela Romanização, de sul para norte, e pela Reconquista, de norte para sul) da *formação da língua nacional* (que decorre da constituição do Estado). Podemos encontrar um paralelismo entre esta perspectiva e a de Kloss (divulgada por Muljačić), que considera duas fases no nascimento dos idiomas: na primeira, a fase do distanciamento, a língua diferencia-se das outras línguas da mesma família; a segunda fase é determinada pela criação de forças centrípetas (centralização do poder, constituição de modelos sociais e desenvolvimento da consciência de pertença a uma comunidade) que iniciam um processo de unificação linguística, eliminação da diversidade dialectal e elaboração de um idioma nacional. É esta segunda fase que nos interessa, já que é nela que se insere o português médio. O momento em que o eixo vital do reino se desloca para sul é, também, o momento em que se instaura uma monarquia centralizadora, que pretende afirmar e consolidar Portugal dentro e fora da Península. A corte de Avis promove a constituição de uma identidade nacional, com base na distanciação portuguesa em relação a Castela, aos castelhanos e aos portugueses que por eles tomaram partido. O português diferencia-se, assim, não só do castelhano mas também dos dialectos setentrionais falados pela antiga nobreza portuguesa. E os portugueses começam a adquirir consciência de que integram uma comunidade (uma nação) que partilha valores (a defesa do território, a história, as crenças, a língua). Lembremos que são os príncipes de Avis que inauguram, em Portugal, o período a que Michaëlis chama ‘da prosa histórica’, escrevendo, traduzindo e mandando escrever e traduzir.

Para que uma língua se torne um idioma nacional precisa de passar por um complexo processo de elaboração e standardização que combina a influência de variados factores de ordem histórica, social, cultural, económica e, até, linguística. Se podemos considerar o galego-português como uma língua essencialmente poética, já o português médio alargou o seu campo a todos os ramos de pensamento e a todos os tipos de produção textual. Ora, uma vez que a língua medieval não poderia responder às necessidades que o desenvolvimento literário implicava - nomeadamente no campo dos conceitos abstractos -, a elaboração linguística materializou-se, ainda, num significativo enriquecimento do léxico através de neologismos que são, em grande parte, latinismos. Embora D. Dinis tivesse já convertido o português em língua oficial, a língua de ensino era, ainda, o latim: na Universidade, o estudo

da Gramática ainda consistia em aprender a ler e escrever latim. O modelo linguístico presente no espírito dos alfabetizados era, portanto, o latim. Assim, se o latim era encarado como modelo, que melhor fonte para colmatar as lacunas da chamada ‘linguagem vulgar’? Por isso, um processo de grande expressão a partir do século XV é o da relatinização do português. Os novos prosadores, à falta de vocábulos portugueses recorreram, de novo, ao Latim. D. Duarte, por exemplo (e note-se que D. Duarte não gostava de usar palavras ‘latinadas’ e tentava dar-lhes feição portuguesa ou explicava-as dizendo, p. ex. no *Leal Conselheiro*: “da yra seu proprio nome em nossa lingoagem he sanha”), sentiu necessidade de recorrer ao latim: *satisfação*, *malícia*, *circunstância*, *abstinência*, *infinito*, *fugitivo*, *evidente*, *intelectual*, *abranger*, *apropriar* ou *reduzir*, são exemplos de latinismos incorporados no português, no século XV, pela mão do rei. Esta relatinização do português que se verificou a partir do século XV explica as chamadas ‘formas divergentes’ que resultam, em geral, da reintrodução de termos já existentes, num momento em que os processos evolutivos activos na língua são já outros. É claro que se muitas palavras novas entraram na língua durante este período, muitas outras desapareceram (*trigança* ‘pressa’, *femença* ‘atenção’, *avisamento* ‘prudência’), mudaram de sentido (*mantimento* ‘manutenção’, *falecimento* ‘falta’, *instrumento* ‘acta’) ou foram substituídas (*ensinança* por *ensinamento*, *perdoança* por *perdão*).

Se a partir do século XV, a história de Portugal e do português deixou de confinar-se a uma estreita faixa ocidental na Península Ibérica, já que os descobrimentos e conquistas levaram a língua aos mais distantes pontos do mundo, também trouxeram para Portugal novas gentes e novas culturas. O contributo da expansão portuguesa não pode ser medido apenas pelas conquistas territoriais, pelo contacto dos portugueses com outros povos ou pela implantação da língua em paragens remotas. Acompanhando o movimento exógeno existiu, desde meados do século XV, um processo de ‘recrutamento’ de uma nova camada populacional, composta essencialmente por escravos africanos, que ia preenchendo a lacuna deixada pelos portugueses que partiam. Estes africanos vieram a constituir uma fatia significativa da população portuguesa quer nas zonas rurais quer nas zonas urbanas, principalmente em Lisboa⁵. A sua presença na sociedade teria, forçosamente, algum impacto no favorecimento da simplificação e nivelamento linguísticos, fortalecendo a deriva do português meridional. Fernão Lopes descreve Lisboa como uma cidade ‘de muitas e desvairadas gentes’; será de

⁵ Estima-se que chegassem a atingir cerca de 10% da população rural a sul do Douro logo no princípio do século XV. Em meados do século XVI Lisboa teria uma população de 100 mil habitantes, dos quais cerca de 15 mil seriam africanos.

admitir que estes contactos inter-culturais tenham criado nos portugueses não só uma nova visão do mundo mas também uma maior consciência da sua própria identidade e de pertença a uma comunidade, no confronto com o ‘outro’.

Desde meados do século XVI, data em que surgem as primeiras gramáticas do português (de Fernão de Oliveira, em 1563, e de João de Barros, em 1540) a fixação e normalização da língua tornam-se o ponto fulcral do pensamento metalinguístico: no quadro do movimento dos Descobrimentos portugueses, a ‘questão da língua’, presente em toda a Europa, ganha, em Portugal, uma importância acrescida pela necessidade de ensinar a língua aos povos colonizados. Ao louvor da língua portuguesa e à sua valorização enquanto factor de consolidação de um império, aliou-se o interesse pela codificação. A fixação de uma norma linguística tornou-se um objectivo dos gramáticos (ainda na primeira metade do século XVI, João de Barros ilustra estes interesses, ao escrever um *Diálogo em louvor da nossa Língua*, uma Gramática e uma Cartinha). A imprensa, entretanto, permite uma maior difusão do pensamento e a produção literária em português aumenta e torna-se mais acessível.

Conclusão

As históricas circunstâncias reuniram, no Portugal do século XV, um conjunto de factores que promoveram a mudança linguística. O poder político abandonou os dialectos setentrionais e deslocou-se para sul, região já anteriormente sujeita a grandes movimentos populacionais, resultantes dos processos de reconquista e repovoamento. À antiga população veio juntar-se uma nova camada, na sequência da expansão portuguesa, criando um ‘melting-pot’ favorável à mudança. Simultaneamente, o desejo de afirmação da língua nas terras onde os portugueses se iam fixando, promovia o pensamento metalinguístico. Oliveira e Barros e os que se lhes seguiram codificam uma língua que não é já a medieval mas a emergência de um novo patamar linguístico, mais próximo da modernidade. Desenvolve-se a consciência de uma identidade nacional que permite a standardização da língua, materializada nas gramáticas, nos dicionários, nas cartinhas para aprender a ler e escrever. E, paralelamente à codificação da língua, procede-se à sua elaboração. As viagens, as descobertas, o encontro com o ‘outro’, são objecto de descrições em que a língua surge crescentemente depurada, lançando as bases de um idioma nacional.

A língua é um conceito político e social, que ultrapassa o âmbito linguístico, e o português tornou-se um idioma nacional precisamente quando Portugal cresceu para além de uma

estreita faixa ocidental na Península Ibérica. A empresa náutica alargou os horizontes portugueses e criou um quadro favorável à elaboração e consolidação da língua portuguesa como idioma nacional e símbolo de um império.

Referências bibliográficas

- BECHARA, Evanildo (1991). As fases da língua portuguesa escrita. *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes* (ed. Dieter Kremer). Tübingen: Max Niemeyer Verlag. Vol. III, 68-75.
- CARDEIRA, Esperança (2005). *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CASTRO, Ivo (1999). O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão* (org. Isabel Hub Faria). Lisboa: Cosmos & Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 367-370.
- CASTRO, Ivo (2006). *Introdução à História do Português*. Lisboa: Ed. Colibri.
- JOSEPH, John Earl (1987). *Eloquence and power: The rise of Language Standards and Standard Languages*. London: Frances Pinter.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MARIÑO PAZ, Ramón (1998). *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- MESSNER, Dieter (1983). A peste de 1348, um factor muito pouco considerado nas Histórias das Línguas Românicas. *Boletim de Filologia*, 28, 237-239.
- MESSNER, Dieter (2002). Conjecturas sobre a periodização da língua portuguesa, *Descrição do Português: lingüística histórica e historiografia lingüística*, Trilhas Lingüísticas, 3, 97-117.
- MULJAČIĆ, Zarko (1988). Emergence et genèse des langues romanes. *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes* (ed. Dieter Kremer). Tübingen: Max Niemeyer Verlag. Vol.v, 186-191.
- SIEGEL, J. (1985). Koines and koineization. *Language in Society*, 14, 357-378.
- NETO, Serafim da Silva (1952-1957). *História da língua portuguesa* (4ªed., 1986). Rio de Janeiro: Presença.
- NETO, Serafim da Silva (1961). *A Constituição do Português como Língua Nacional*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- TEYSSIER, Paul (1980). *Histoire de la langue portugaise*. Trad. port. de Celso Cunha (1982). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1911). *Lições de Philologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1946). *Lições de Filologia Portuguesa, seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*. Lisboa: Dinalivro.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e LUZ, Maria Albertina Mendes da (1971). *Gramática da Língua Portuguesa*. Trad. port. de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos (1980). Lisboa: Edições 70.

WEINBERG, Maria Beatriz Fontanella de (1994). *El Español de América*. Madrid: Editorial MAPFRE.

Domínios de Lingu@agem